

# RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS (1776-1820) CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS

Kenneth Maxwell\*

Há dois livros importantes do embaixador José Calvet de Magalhães. Um sobre «Portugal e a independência dos Estados Unidos», publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1983, em Lisboa; o outro, sobre a *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, de 1991, com a chancela das Publicações Europa-América. Ambos são excelentes livros, baseados na mais ampla pesquisa em arquivos portugueses e americanos. São ainda os melhores livros escritos sobre o assunto, e ambos são clássicos...

Não posso acrescentar muito aos escritos de Calvet de Magalhães. Mas quero tentar fazer hoje umas observações adicionais de contexto em duas ocasiões em particular. A primeira é do período entre 1787 e 1790, e a segunda do período no qual o abade Corrêa da Serra era o enviado do Reino Unido de Portugal e Brasil em Washington entre 1812 e 1820. Ambos são momentos de alta tensão dentro do mundo atlântico, e ambos envolviam Thomas Jefferson.

I. Em 1785, Thomas Jefferson sucedera a Benjamin Franklin como emissário americano em Paris. Homens e ideias começaram a trafegar em ambas as direções, através do Atlântico, entre a França e os Estados Unidos, e envolveram o marquês de Lafayette, Jacques-Pierre Brissot de Warville, Thomas Paine, Benjamin Franklin, John Adams e Jefferson, embora suas interpretações das práticas constitucionais nem sempre coincidissem e houvesse divergência entre eles.

A atuação de Lafayette como oficial do exército continental dos Estados Unidos, quando tinha apenas vinte e poucos anos, conformou muitos de seus pontos de vista constitucionais. John Adams era especialmente crítico dos pontos de vista de Anne-Robert Jacques Turgot, político, reformista e economista francês, que argumentava que o conceito americano de soberania partilhada e separação de poderes ainda seguia o modelo britânico e constituía uma hierarquia de classes e ordem social. Turgot criticava os «Artigos de Confederação» saídos no *Recueil des loix constitutives des États-Unis de l'Amérique*, obra publicada em Paris, e em francês, em 1778 e dedicada a Benjamin Franklin, porque

eles não criavam uma união suficientemente forte na América. Turgot morreu em 1781, mas a disputa continuou.

Condorcet, biógrafo e protegido de Turgot, também discordava de Adams. Ele sentia uma atração especial pela Constituição da Pensilvânia publicada no *Recueil*, constituição da qual Adams também era extremamente crítico. Jefferson, o autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos, sucedera a Benjamin Franklin em 1785 como emissário americano em Paris. Quatro anos depois de sua chegada em Paris, em 15 de junho de 1789, em Vila Rica, capital da Capitania de Minas Gerais (Brasil), durante seu interrogatório, o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes afirmou que o Dr. Domingos Vidal de Barbosa lhe falara de «uma carta escrita para o ministro da América Inglesa em Paris por um estudante da Universidade de Montpellier».

De fato, em outubro de 1786, Thomas Jefferson recebeu em Paris uma carta assinada com o pseudônimo de «Vendek». A missiva fora enviada por meio do professor Joseph Vigarous, da Universidade de Montpellier. Joseph Vigarous era um proeminente maçom com ligações em Paris. Em sua carta a Jefferson, Vendek escreveu (em francês) que tinha um assunto de grande importância para comunicar, mas, como era um estrangeiro na França, queria que Jefferson lhe indicasse um canal seguro para correspondência. Jefferson atendeu seu pedido. Numa segunda carta, Vendek declarou ser «brasileiro». Ele informou a Jefferson que a escravidão na qual seu país vivia estava cada dia «mais insuportável, desde a época de vossa gloriosa Independência». Os brasileiros estavam resolvidos a seguir o exemplo dos norte-americanos, quebrando as correntes que os ligavam a Portugal. Solicitar a ajuda dos Estados Unidos era o objetivo de sua visita à França. «A natureza nos fez habitantes do mesmo continente», dizia Vendek a Jefferson, «e, em consequência disso, até certo ponto compatriotas».

No ano seguinte, quando visitava monumentos antigos em Nîmes, no Sul da França, Jefferson combinou um encontro secreto com Vendek. Quando se encontraram, o brasileiro disse a Jefferson que:

«Os portugueses no Brasil são pouco numerosos, em sua maior parte casados ali e esquecidos de sua mãe-pátria [...] e estão dispostos a se tornarem independentes [...]. Há vinte mil homens nas tropas regulares; originalmente eram portugueses, que já morreram e foram substituídos por nativos que constituem, presentemente, a maior parte das forças e ficarão ao lado do país em que nasceram. Os oficiais são em parte portugueses e em parte brasileiros [...]. Os homens de letras são os mais inclinados à revolução [...]. Na verdade, em se tratando de revolução, há um só pensamento no país.»

O que se precisava, disse Vendek a Jefferson, era do apoio de uma nação poderosa. Jefferson, escrevendo de Marselha em 4 de maio de 1787 para John Jay, secretário das Relações Exteriores da Confederação, relatou de forma minuciosa sua conversa com Vendek: «Eles consideram a Revolução norte-americana como um precedente para a sua [...].

Pensam que os Estados Unidos é que poderiam dar-lhes um apoio honesto, e, por vários motivos, simpatizam connosco.» Ao que parecia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia iriam fornecer o levante, e as outras capitanias deviam seguir-lhes o exemplo:

«A receita real do quinto e dos diamantes, assim como o resto da produção de ouro poderá ser usada... Eles têm muita cavalaria... Querem canhões, munição, navios, marinheiros, soldados e oficiais e por isto recorrem aos Estados Unidos, estando entendido que todos os serviços e armas serão bem pagos... De nós, eles sempre poderão precisar de trigo e peixe salgado [...]. Portugal sem exército nem marinha de Guerra não poderá tentar uma invasão por uma dúzia de meses (considerando os recursos com que conta, provavelmente nunca faria uma segunda tentativa). De facto, interceptada esta sua fonte de riqueza, mal seriam capazes de fazer o primeiro esforço... As minas de ouro estão entre montanhas, inacessíveis a qualquer exército, e o Rio de Janeiro é considerado o mais forte porto do mundo depois de Gibraltar. No caso de uma revolução vitoriosa, um governo republicano único seria instalado.»

O nome verdadeiro de Vendek era José Joaquim Maia e Barbalho. Ele nascera no Rio de Janeiro, onde seu pai, que tinha contatos em Bordéus, era um grande comerciante. Maia e Barbalho se matriculara em 1783 na Universidade de Coimbra, onde estudou matemática, e entrou na Faculdade de Medicina de Montpellier em 1786. Parece ter sido incumbido por comerciantes do Rio de Janeiro a entrar em contato com Jefferson. Este convenceu Maia e Barbalho de que não tinha autoridade para estabelecer nenhum acordo oficial e que só podia falar em seu próprio nome. Ele lhe disse que os Estados Unidos não tinham condições de arriscar-se a uma guerra naquele momento. Os Estados Unidos desejavam cultivar a amizade de Portugal, com quem mantinham um comércio vantajoso. Mas uma revolução bem-sucedida no Brasil obviamente não seria desinteressante para os Estados Unidos, e a perspectiva de lucros poderia, talvez, atrair um certo número de pessoas a sua causa, e motivos mais elevados atrairiam oficiais; em seu país os cidadãos eram livres para deixar o próprio país sem licença dos governos e também tinham liberdade para ir para qualquer outro país. John Jay entregou a carta de Jefferson ao presidente do Congresso, mas não parece ter havido nenhuma outra iniciativa nos Estados Unidos.

Maia e Barbalho sofria de tuberculose. Morreu em Coimbra, antes que pudesse retornar ao Brasil. Mas um relato preciso dos comentários que Jefferson lhe fizera chegou a Minas por meio de Vidal de Barbosa e José Álvares Maciel. Domingos Vidal de Barbosa, que se havia graduado em Medicina em Bordéus, disse que Maia e Barbalho «queria fazer-se outro Monsieur Franklin a respeito da América Portuguesa». Vidal de Barbosa era mineiro, proprietário de terras em Juiz de Fora, no caminho entre o Rio de Janeiro e Vila Rica. Era um vibrante propagandista dos escritos do abade Raynal, de quem recitava trechos de cor. Durante a década de 1780, Raynal influenciou fortemente o

pensamento de muitos brasileiros instruídos. Sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* constituía elemento essencial das maiores bibliotecas particulares do Brasil, e era citada por muitos dos que se inspiravam no exemplo dos Estados Unidos. Raynal dava um extenso informe sobre o Brasil, desdenhava Portugal, condenava a influência política e econômica britânica e recomendava que todos os portos do Brasil fossem abertos ao comércio com todas as nações.

Vidal de Barbosa não estava só em suas realizações no campo da educação e em seus entusiasmos políticos. Trezentos estudantes brasileiros se matricularam em Coimbra entre 1772 e 1785. Doze dos 27 brasileiros que se matricularam em Coimbra em 1785 eram de Minas; em 1787, 10 dos 19 matriculados. Outros brasileiros continuaram seus estudos na França ou foram diretamente para a Faculdade de Medicina de Montpellier, onde 15 brasileiros se matricularam entre 1767 e 1793. José Álvares Maciel, filho de um abastado comerciante mineiro, dono de terras e contratador, foi contemporâneo de Maia e Barbalho na Universidade de Coimbra. Depois de graduar-se em Coimbra, viajou para a Inglaterra e passou um ano e meio naquele país. Álvares Maciel estudou técnicas industriais. Em Birmingham, comprou um exemplar do *Recueil*.

Naquela época, Birmingham era um centro de inovação, experimentação e empreendedorismo. Foi o berço da Revolução Industrial inglesa. Matthew Boulton, membro da Royal Society, acabara de montar sua nova fábrica no Soho, nas cercanias de Birmingham. Ele empregava mil trabalhadores no estabelecimento, num grande edifício construído expressamente para isso, com grandes salas para oficinas onde se fabricavam peças incrustadas de filigranas, botões, fivelas, colchetes, acessórios de metal refinados, produtos de prata e prateados para o mercado interno e externo. Boulton trabalhava em estreita colaboração com Josiah Wedgwood, da Etrúria, onde Wedgwood produzia porcelana, e colaborou com James Watt em sua invenção de máquinas a vapor e caldeiras. Com este último, Boulton tinha contratos (e patentes) de fornecimento das máquinas mais avançadas para bombear água para fora das minas da Cornualha. Benjamin Franklin manteve contato com Boulton quando esteve na Inglaterra, e os dois trocaram informações sobre novas máquinas.

Matthew Boulton, Erasmus Darwin, James Watt, Josiah Wedgwood e James Priestley eram todos, à época, membros regulares da «Sociedade Lunar», da qual Franklin era membro correspondente. A Sociedade Lunar era assim chamada porque eles se encontravam uma vez por mês, quando a Lua estava cheia, para poderem voltar para casa sob o luar depois de seus encontros. Seus membros eram polímatas, interessados na aplicação da ciência à produção fabril, mineração, transporte, educação e medicina. Priestley descobrira o oxigênio, fabricou uma borracha para apagar manuscritos e inventou a água carbonatada (com gás). Na mesma época, Boulton liderava uma campanha para convencer o Governo de William Pitt a abolir os impostos sobre matérias-primas e estimulá-lo a negociar novos acordos comerciais de abertura de mercado para novos

produtos manufaturados, para as fábricas de algodão da região e, principalmente, para incentivar Pitt a renegociar o tratado comercial com Portugal. O Brasil era uma fonte potencial de algodão cru para as novas fiações de algodão, e um mercado para seus produtos manufaturados, proibidos pelos termos do Tratado de Methuen, pelo qual Portugal se comprometia a importar tecidos de lã apenas da Inglaterra.

Álvares Maciel conheceu Vidal de Barbosa em Portugal, quando voltou da Inglaterra. Ao retornar a Minas, foi nomeado preceptor dos filhos do visconde de Barbacena, que chegara à capitania com a família em julho de 1788. Vidal de Barbosa e Álvares Maciel, este com 27 anos à época, como muitos outros envolvidos na conspiração de Minas, tinham posição de liderança na sociedade colonial. Assim como os líderes da luta norte-americana, eram senhores de terras e de escravos, oficiais da Milícia e do Exército, magistrados e advogados, banqueiros e especuladores. Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e o cônego Luís Vieira – todos eram homens que «tinham ascendência sobre os espíritos dos povos», disse o comandante dos Dragões de Minas, nascido no Brasil – tenente-coronel Freire de Andrade, que era cunhado de Álvares Maciel –, ao coronel Alvarenga Peixoto, em 1788.

Todos esses homens eram bem informados sobre os acontecimentos e possuíam boas bibliotecas. Livros e informações lhes chegavam mais rapidamente do que despachos oficiais enviados através da vagarosa burocracia de Lisboa. A coleção de livros do cônego Vieira continha a *Histoire de l'Amérique*, de Robertson, a *Encyclopédie*, além de obras de Bielfeld, Voltaire e Condillac. Cláudio Manuel da Costa era conhecido como tradutor de *A Riqueza das Nações*. Além do *Recueil*, eles também possuíam comentários de autoria do abade Raynal e do abade Mably sobre as experiências constitucionais americanas, inclusive as *Observations sur le gouvernement des États-Unis de l'Amérique*, de Mably.

Em seu interrogatório em 8 de julho de 1789, conduzido pelos magistrados da Devassa de Minas, Vidal de Barbosa admitiu sua participação numa discussão com o primo, o coronel Oliveira Lopes, havia «três ou quatro meses», quando ele elogiou a riqueza de Minas e falou da «sublevação da América Inglesa» e do papel de Benjamin Franklin. Ele lembrou a atuação de Maia e Barbalho, também em Montpellier, onde se encontrara com Thomas Jefferson.

O visconde de Barbacena foi o primeiro secretário da Academia de Ciências de Lisboa. Foi aluno do Colégio dos Nobres e estudante de ciências naturais em Coimbra, tendo como orientador o professor Domingos Vandelli, proeminente pesquisador italiano trazido a Portugal pelo marquês de Pombal para aumentar o nível educacional da nobreza portuguesa. Ele se casara com uma filha do marquês de Sabugosa e era protegido do duque de Lafões, fundador da Academia de Ciências de Lisboa em 1779, e do abade Corrêa da Serra, naturalista português que estudara na Itália. Mas quando o abade Corrêa da Serra, que sucedera Barbacena como secretário da Academia, foi forçado ao exílio devido às maquinacões do chefe da polícia secreta de Lisboa, Barbacena foi apoiado por Martinho de Melo e Castro, primo de sua esposa.

Os relatos das devassas chegaram a Lisboa em fins de junho de 1790. Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado para os Domínios Ultramarinos, estava então com 80 anos de idade. O problema para o Governo português, e principalmente para Melo e Castro, era que a razão imediata da rebelião seria a exigência draconiana do pagamento da grande dívida representada pelo não pagamento da cota de ouro devida pela imposição da derrama, e pelo pedido de que as dívidas dos contratadores de Minas Gerais fossem liquidadas. Mas a causa real das grandes dívidas das cotas em ouro e referentes aos contratos era o declínio da produção de ouro em Minas Gerais. O reconhecimento dessa realidade econômica viria abalar os pressupostos em que se baseara Melo e Castro para dar suas instruções a Barbacena e validaria as críticas feitas pela Academia de Ciências de Lisboa, em que vários membros afirmaram, em textos científicos, que a economia de Minas Gerais estava sofrendo, uma vez que a produção de ouro tinha diminuído.

Melo e Castro observou, em sua análise das devassas, que José Álvares Maciel e José de Sá Bettencourt eram «sócios» da Academia de Ciências de Lisboa. Depois de graduar-se em Coimbra em 1787, José de Sá Bettencourt voltou para Minas Gerais, onde montou um laboratório em Caeté e processava ferro, que enviava para Portugal. Em 1790, D. Rodrigo de Souza Coutinho, à época enviado português em Turim, e afilhado do falecido marquês de Pombal, publicou um discurso sobre «a influência das minas de metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa» nos jornais científicos da Academia. D. Rodrigo fora um dos primeiros alunos do novo Colégio dos Nobres e visitara a França, onde travou conhecimento com o abade Raynal. Rodrigo era uma figura proeminente do iluminismo português. Manuel Ferreira da Câmara, irmão de José de Sá Bettencourt, escreveu para a Academia um documento sobre a extração de ouro no Brasil, defendendo métodos de mineração mais modernos e uma nova legislação.

Em 1790, Luís Pinto de Sousa Coutinho foi nomeado ministro de Relações Exteriores de Portugal. Ele já fora embaixador em Londres, onde conduziu as negociações preliminares para um novo tratado comercial entre Portugal e a Grã-Bretanha, ansiosa para substituir o Tratado de Methuen de 1703 (que se limitava a dar acesso a vinhos portugueses à Grã-Bretanha e produtos derivados da lã a Portugal), para ampliar a abertura a seu próspero comércio de tecidos de algodão. Luís Pinto de Sousa Coutinho atuara no Brasil como governador do Mato Grosso à época do Governo de Pombal. Durante sua permanência em Londres, manteve estreitas relações com os pensadores iluministas de lá e forneceu informações sobre o Brasil a William Robinson para a sua *History of America*. A edição francesa dessa obra estava entre os livros das bibliotecas dos conspiradores de Minas.

No verão de 1790, William Pitt, primeiro-ministro britânico, estava envolvido em discussões com Francisco Miranda e «eminentes mexicanos» sobre uma possível ajuda britânica aos revolucionários hispano-americanos. Pitt estava impressionado o bastante

para pensar seriamente em destacar grandes tropas para um ataque ao império espanhol na América. O enviado britânico a Lisboa, Robert Galope, informara Londres, em 19 de setembro de 1789, que tivera conhecimento de:

«alguns informes sobre agitações no Brasil [...] estes eram tão vagos no que diz respeito aos fatos, e mesmo aos lugares onde se afirma terem acontecido, que não se pode chegar a nenhuma conclusão confiável. Dá-se certo crédito à informação sobre uma resistência, acontecida em alguma região de mineração no interior do país, a uma medida que o novo governador recebeu ordens de incrementar.»

Em outubro, Robert Walpole informou que «ao que parece, segundo informes trazidos por chegados há pouco tempo, embora tenha havido insatisfações locais, estas não chegaram aos excessos de que tivemos notícia». Os conspiradores de Minas, porém, certamente não fizeram nenhuma tentativa de aproximar-se do Governo britânico. Em vez disso, depositaram as suas esperanças nos Estados Unidos.

Uma das primeiras providências tomadas por Luís Pinto de Sousa Coutinho depois de ser nomeado ministro de Negócios Estrangeiros em 31 de maio de 1790, foi patrocinar uma importante missão científica de dois graduados brasileiros e um colega português da Universidade de Coimbra. Essa missão, financiada pelo tesouro real português, era composta por José Bonifácio Andrada, de São Paulo, e Manuel Ferreira da Câmara, de Minas Gerais. Ambos foram estudar em Paris, na Alemanha, Suécia e Grã-Bretanha. O irmão de Ferreira da Câmara, José de Sá Bettencourt, se envolveu na conspiração mineira, e Melo e Castro estava ciente disso. Mas José de Sá Bettencourt fugira de Minas Gerais para a Bahia, atravessando o sertão, onde se escondeu na fazenda de cana-de-açúcar da família. Ali, ele seria posteriormente preso, mas em seguida libertado.

As decisões mais importantes sobre a forma de lidar com a conspiração de Minas foram tomadas em setembro e outubro do mesmo ano. O Governo português instituiu um Tribunal de Alçada para administrar a Justiça. Tratava-se de uma medida de praxe em casos de traição.

Mas os brasileiros tinham-se enganado a respeito das prioridades dos Estados Unidos e especialmente de Thomas Jefferson. Como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos estavam ansiosos para fechar um acordo comercial com Portugal. No mês de abril de 1786, Jefferson e John Adams negociaram e assinaram um tratado comercial com Luís Pinto de Sousa Coutinho em Londres. Jefferson considerou alvissareira a nomeação de Luís Pinto para ministro das Relações Exteriores. Escrevendo de Paris em março de 1789, recomendava: «As negociações podem ser retomadas com êxito, se tal for o desejo de nosso governo [...]. Pessoalmente, acho que é de seu interesse afastar qualquer tentativa de cooperar para a emancipação das colônias deles.»

Jefferson chegara à conclusão de que era mais proveitoso para os Estados Unidos negociar com Portugal do que incentivar uma aventura arriscada na América do Sul.

A demanda de Portugal por arroz e cereais era um mercado para a produção norte-americana, e principalmente para os produtos de exportação da Virgínia. Em 4 de julho de 1791, o abade Corrêa da Serra, secretário da Academia de Ciências de Lisboa, fez um discurso elogiando o falecido Benjamin Franklin. Franklin, que morrera em 17 de abril de 1790, fora membro correspondente da Academia de Lisboa desde outubro de 1782. Em fevereiro de 1791, o Presidente George Washington nomeou seu antigo ajudante de campo e amigo, coronel David Humphreys, de Connecticut, para o cargo de primeiro-ministro dos Estados Unidos em Portugal. David Humphreys apresentou suas credenciais em Lisboa no dia 13 de maio de 1791.

Mas enfim, esta história explica em parte as razões pelas quais o tratado entre Portugal e os Estados Unidos nunca foi ratificado, nem por parte dos Estados Unidos, nem por Portugal. E resolve uma das interrogações deixadas pelo embaixador Calvet de Magalhães nos seus livros.

**II.** E o segundo episódio. Em 1790, o abade Jose de Corrêa da Serra estava de volta a Lisboa, onde serviu como secretário da Academia de Ciências durante seis anos. Nessa época, Corrêa da Serra publicou uma série de trabalhos críticos sobre bibliografia e historiografia, desenvolveu uma vasta correspondência com importantes cientistas e filósofos europeus e exercitou sua paixão pela experimentação científica e botânica. Em 1790, traçou o itinerário para três jovens acadêmicos promissores, dois jovens brasileiros e um colega português, que fizeram uma excursão científica pela Europa, patrocinada pelo Governo, começando por Paris. É uma iniciativa notável que o Governo português enviasse dois jovens brasileiros à França no auge da Revolução Francesa, um dos quais, o doutor Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt, era parente de um jovem cientista envolvido num complô republicano para derrubar a dominação portuguesa no Brasil um ano antes, em Minas Gerais, e outro, o doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, que sucedeu Corrêa da Serra como secretário da Academia de Ciências de Lisboa, depois se tornou famoso na história como o patriarca da independência brasileira. Mas em 1795, diante da reação contra a Revolução Francesa, a situação novamente se deteriorou em Portugal, em detrimento de reformistas como Corrêa da Serra. Dessa vez ele fugiu para a Inglaterra via Gibraltar, e ficou em Londres por vários anos. Em 1796, tornou-se membro da Royal Society, assim como da Linnaeus Society. Nessa época, ele era um botânico conhecido internacionalmente e mantinha boas relações com os principais cientistas da Inglaterra, notadamente Sir Joseph Banks, presidente da Royal Society, com quem Corrêa da Serra realizou uma importante expedição botânica à costa de Lincolnshire, na Inglaterra. Sir Joseph Banks havia visitado Lisboa na juventude, em meados da década de 1760, assim como o Rio de Janeiro em 1769, quando acompanhou James Cook em sua circunavegação do mundo.

Foi a pedido de Banks que Corrêa da Serra ajudou a esconder em Portugal um cientista francês, Pierre Marie Auguste Broussonet, um grande botânico e girondino que estava



fugindo do terror da Revolução Francesa. E parece que isto o fez perder temporariamente o mecenato de seu antigo protetor, o duque de Lafões, que fora indicado para a improvável posição de comandante-em-chefe do Exército português, embora seus interesses residissem mais nas minúcias dos uniformes dos soldados e na organização de seus acampamentos do que em batalhas reais. Lafões gostava de se passar por «duque de Bragança» quando viajava fora de Portugal, mas William Beckford, o cáustico esteta inglês, então em Lisboa, disse que a «duquesa de Bragança» seria um título mais apropriado. Beckford escreveu em seu diário:

«Ele parece uma velha dama camareira, de tão supérfluo, coquete e fofoqueiro. Usa rouge e pintas, e, embora tenha setenta anos de idade, faz questão de rodopiar nos calcanhares e afastar-se deslizando com agilidade juvenil. Depois de falar em francês com sotaque muito refinado e queixar-se do vento, das estradas e do estado da arquitetura, partiu para marcar o local do acampamento da cavalaria.»

Em 1801, porém, a situação em Portugal mudou novamente a favor dos elementos mais liberais, e um amigo íntimo de Corrêa da Serra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, afilhado de Pombal, tornou-se ministro das Relações Exteriores e lhe deu um cargo consular em Londres, com a intenção de ajudar financeiramente Corrêa da Serra, já que o abade estava sempre precisando de emolumentos. Em Londres, Corrêa da Serra tornou *fellow* da Royal Society, e adquiriu micrômetros, teodolitos, telescópios acromáticos, máquinas agrícolas e «motores» para regar o jardim nas famosas oficinas de James Ramsden. Thomas Jefferson, outro experimentador científico, estava comprando seus instrumentos científicos de Ramsden na mesma época. Muitos dos instrumentos que Corrêa da Serra comprou fazem parte da excelente coleção de instrumentos científicos do século XVIII que está na Universidade de Coimbra. Alguns instrumentos que Jefferson comprou nesse mesmo período são hoje exibidos em Monticello, sua casa de campo na Virgínia. Infelizmente, o embaixador português em Londres vinha de uma família da aristocracia, os Ponte de Lima, que se opunha totalmente à facção reformista em Portugal, e ele tornou a vida de Corrêa da Serra miserável, apesar do apoio de D. Rodrigo. Considerando intolerável a sua situação em Londres, Corrêa da Serra partiu para Paris, onde viveu de 1801 a 1811. Em Paris, o abade Corrêa da Serra associou-se intimamente aos enciclopedistas. Entre seus amigos próximos e colegas em Paris estavam Antoine Laurent de Jussieu, professor de Botânica no Museu de História Natural, o barão Alexander von Humboldt e o barão Cuvier (Georges Léopold Chrétien Frédéric Dagobert), professor de História Natural no Collège de France e professor titular no Jardin des Plantes. Assim como Thomas Jefferson que, antes dele como embaixador americano foi conquistado pela linda Marie Cosway, o abade se apaixonou. O objeto de sua atenção amorosa foi uma jovem francesa, Esther Delavigne, com quem ele teve um filho, Eduardo José, em 1803.

Mas Corrêa da Serra novamente enfrentou problemas. Durante a segunda invasão francesa em Portugal, em 1811, Napoleão pediu que Corrêa da Serra escrevesse uma justificativa da ação francesa. Ele recusou e, como de hábito, se viu mais uma vez na estrada. Dessa vez deixou a Europa e embarcou numa fragata americana, a famosa USS *Constitution* (que ainda existe, ancorada no porto de Boston). Chegou a Norfolk, Virgínia, no ano fatal de 1812, quando irromperam as hostilidades entre a jovem república americana e a Grã-Bretanha, que teve entre as suas consequências a humilhante captura pelos britânicos da nova capital federal, Washington, e o incêndio da mansão presidencial, a Casa Branca.

O abade Corrêa da Serra chegou aos Estados Unidos munido de cartas de apresentação ao Presidente James Madison e ao ex-Presidente Thomas Jefferson, assim como para membros importantes da Sociedade Filosófica Americana em Filadélfia. Essas cartas eram de algumas das principais figuras do iluminismo europeu, entre as quais André Thouin, o conservador do Jardin des Plantes em Paris, seu amigo Sir Joseph Banks, marquês de Lafayette, Pierre Samuel du Pont, Alexander von Humboldt e Joel Barlow, o enviado americano a Paris. A chegada de Corrêa da Serra em Washington, pouco depois de os britânicos queimarem a jovem capital federal, não foi auspiciosa. Na primeira semana seu coche tombou em um lamaçal. Depois disso, ele teve pouco de bom a dizer sobre Washington. Mas na Filadélfia encontrou um ambiente extremamente congênere e logo se tornou um favorito da Sociedade Filosófica Americana e de seus membros eruditos. Benjamin Franklin havia presidido a Sociedade de 1769 até a sua morte em 1790, e fora elogiado por Corrêa da Serra diante da Academia de Ciências de Lisboa em 1791. A Sociedade era «dedicada ao aperfeiçoamento do conhecimento útil, mais particularmente o que se relaciona a este novo mundo. Ela abrange todo o círculo das artes, ciências e descobertas, especialmente no mundo natural». Esses eram, é claro, os mesmos objetivos da Academia de Ciências de Lisboa, cujas atividades enfocavam igualmente a história natural, com forte interesse pelo Brasil. Thomas Jefferson tinha sido eleito um dos três vice-presidentes da Sociedade em 1791 e se instalou na Filadélfia como presidente da Sociedade Filosófica Americana em 1797, na noite anterior a sua posse como vice-presidente dos Estados Unidos. John Bartram, da Sociedade Filosófica, havia criado o primeiro jardim botânico da América do Norte.

A primeira visita do abade Corrêa da Serra a Jefferson foi tão satisfatória para ambos que ele se tornou um hóspede anual em Monticello entre 1813 e 1816. No primeiro andar em Monticello, em frente à suíte do próprio Jefferson, há dois quartos: um, é o quarto Madison, e outro, o quarto abade Corrêa da Serra. Esse quarto foi reservado para Corrêa da Serra, e meio século depois a neta de Jefferson ainda o chamava de quarto abade Corrêa. Era lá que o abade Corrêa da Serra ficava quando visitava Jefferson. Alguns amigos de Jefferson deixaram registros de suas reações ao abade nessa época. Um dos mais interessantes é o de Francis Gilmore, companheiro de Corrêa numa extensa expedição à fronteira do Oeste para coletar espécimes botânicos, além de infor-

mação social e de história natural. Gilmore viajou com o abade Corrêa da Serra de Monticello a Filadélfia, em 1813, e disse sobre Corrêa:

«Ele é o homem mais extraordinário que vive hoje. Ele leu, viu, compreende e se lembra de tudo o que obteve dos livros ou aprendeu em viagens, observações e conversas com homens cultos. Ele é membro de todas as sociedades filosóficas do mundo e conhece todos os homens notáveis vivos.»

O próprio Jefferson teve uma reação muito semelhante a ele, e sua descrição é igualmente lisonjeira:

«O senhor Corrêa era um cavalheiro de Portugal, de primeira ordem na ciência, sendo sem exceção o homem mais culto que conheci em qualquer país. Modesto, bem-humorado, familiar, simples como um agricultor, tornou-se o favorito de todos com quem travou conhecimento. Ele fala inglês com fluência.»

**III.** Mas o Brasil mostra ambiguidades. E também os Estados Unidos. Há que se salientar que os brasileiros na década de 1820 estavam construindo um novo Estado nacional, em um ambiente internacional no qual a reação triunfara na Europa, e as consequências da revolução dos escravos no Caribe eram mais reais e ameaçadoras do que qualquer outro fator de preocupação para os americanos em 1776.

Jefferson admirava particularmente a experiência brasileira. Em 1821, o príncipe Metternich era adepto do princípio do intervencionismo contrarrevolucionário, assim como o Dr. Henry Kissinger na década de 1970 em relação a Portugal. Mas no início do século XIX, os antecessores de Kissinger como secretários de Estado pensavam exatamente o oposto, chocados que estavam com as experiências da guerra de 1812 e com a vulnerabilidade da jovem república a ataques europeus, revelada pela guerra. Com receio de que a Santa Aliança de Metternich pretendesse trazer as colônias rebeldes da Espanha no Novo Mundo de volta ao curral europeu, depois que o exército austríaco abafara as revoluções republicanas em Nápoles e em Piemonte, e a França reconduzira ao trono em Madrid o execrável Fernando VII, da Casa de Bourbon, o Presidente Monroe, no final de 1823, anunciou, em mensagem ao Congresso, sua famosa doutrina que se tornaria o princípio orientador da política dos Estados Unidos no hemisfério ocidental durante todo aquele século.

Mas a «doutrina Monroe» já havia sido prenunciada alguns anos antes em conversas entre Jefferson e o enviado da corte do Rio de Janeiro em Washington, o abade Corrêa da Serra, e, como originalmente concebida, unia o Brasil e os Estados Unidos em um «sistema americano», em que as duas nações agiriam em conjunto para manter a Europa acuada. Havia muito, Jefferson se interessava pelo Brasil, desde seu encontro secreto em Nîmes com um jovem estudante brasileiro do Rio de Janeiro, o revolucionário do pseudônimo de Vendek, que estudava na Universidade de Montpellier.

Thomas Jefferson escreveu sobre o abade em 1820:

«A partir de muitas conversas que tivemos, espero que, de seu novo posto, [o abade havia sido chamado de volta ao Rio de Janeiro e Jefferson presumia que ele se tornaria o ministro das Relações Exteriores] ele veja, e promova, as vantagens de uma confraternização cordial entre todas as nações americanas bem como a importância de sua coalizão em torno de um sistema de política americana totalmente independente e desembaraçada da Europa. Não está longe o dia em que poderemos requerer formalmente uma partição meridiana do oceano que separa os dois hemisférios, e que assim, no lado de cá, nenhuma arma europeia seja jamais ouvida, nem do lado de lá seja ouvida arma americana, e que, durante a fúria das eternas guerras da Europa, o leão e o cordeiro em nossas regiões possam deitar-se lado a lado, em paz. O excesso de população na Europa e a falta de espaço provocam a guerra que, segundo eles, é necessária para manter sob controlo o excesso de população. Aqui o espaço é abundante, a população escassa, e a paz, o meio necessário para produzir homens, aos quais o solo superabundante está oferecendo os meios para a vida e para a felicidade. Os líderes da sociedade lá e aqui são radicalmente diferentes, e espero que nenhum patriota americano jamais perca de vista a política essencial de se proibir nos mares e territórios das duas Américas os embates ferozes e sanguinários da Europa. Eu desejo ver essa coalizão começar. Estou determinado a fazer um acordo com as forças marítimas da Europa, atribuindo-lhes a tarefa de controlar as piratarías em seus mares e os canibalismos das costas africanas, e, para nós, a tarefa de suprimir as mesmas perversidades em nossos mares; para este propósito, eu exultaria em ver as armadas do Brasil e dos Estados Unidos navegando juntas, como irmãos da mesma família e em busca do mesmo fim.»

Mas o secretário de Estado, John Quincy Adams, não se mostrou tão entusiasmado. Ironicamente era nomeado para ser ministro dos Estados Unidos pelo Presidente George Washington em Lisboa em 1796, mas foi no último momento mandado para Berlim. E como secretário de Estado entre 1817 e 1825, e como presidente de 1825 a 1829, seria ele, é claro, e não Monroe ou Jefferson, quem haveria de ter a maior influência na política externa dos Estados Unidos em relação às nações recém-independentes da América do Sul.

John Quincy Adams percebeu os méritos da separação da Europa, mas não acreditava que isso implicasse identidade mútua entre os Estados Unidos e qualquer das novas nações ao sul. Considerava que os sul-americanos haviam sido irremediavelmente corrompidos pela religião católica romana, pela tradição ibérica e pelo clima tropical. O representante comercial dos Estados Unidos no Rio de Janeiro relatava-lhe que a monarquia portuguesa no Brasil havia «degenerado em completa efeminação e voluptuosidade. É difícil imaginar que possa haver em qualquer lugar do mundo uma sociedade em pior estado do que a deste país, onde o clima também desperta toda sorte de depravação

e delinquência». O severo John Quincy Adams, típico filho da Nova Inglaterra, Massachusetts, que descreve a si próprio como homem de temperamento «frio e austero», não ficou satisfeito com um vizinho tão desleixado e pouco promissor. John Quincy Adams aceitou relutantemente ao desejo do Presidente Monroe em meados de 1822 de dar continuidade ao reconhecimento do México, do Chile, Províncias Unidas do Rio da Prata, e Império do Brasil.

Mas queria se manter o mais longe possível deles. Assim como Jefferson, ele conhecia bem o abade Corrêa e o considerava um homem «muito lido, de profundos conhecimentos da ciência, de espírito brilhante e de poderes inesgotáveis de conversação». Mas Adams também o considerava «temperamental, irritável, irascível e, quando se agitava, teimoso». Ridicularizava a sugestão do abade Corrêa [e de Thomas Jefferson] de que o Brasil e os Estados Unidos criassem um «sistema americano». Com o desprezo e arrogância de que também haveria de caracterizar as atitudes dos Estados Unidos em relação à América Latina durante todo o século seguinte, John Quincy Adams escreveu: «Quanto a um sistema americano, já o temos; somos nós todo o sistema.»

Em fim, estas são algumas contribuições adicionais, trazendo alguns aspetos atlânticos, e das relações entre a França, os Estados Unidos e o Brasil, e o envolvimento da Universidade de Coimbra, e dos seus estudantes brasileiros na história desta época, para a história já contando com tanto brilho nos maravilhosos livros clássicos do nosso saudoso embaixador José Calvet de Magalhães. Espero que sejam bem-vindos. **RI**

Data de receção: 22 de junho de 2015 | Data de aprovação: 20 de julho de 2016

## NOTA

\* O autor está extremamente grato pelo convite da Professora Doutora Isabel Maria Freiras Valente de participar na conferência sobre a vida e obra do embaixador Calvet de Magalhães no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX na Universidade de Coimbra (12-13 de abril de 2015).

## BIBLIOGRAFIA

FIOLHAIS, Carlos [coordenação e textos introdutórios] – *A Universidade de Coimbra e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CALVET DE MAGALHÃES, José – *Portugal and the Independence of the United States*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983.

CALVET DE MAGALHÃES, José – *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

MAXWELL, Kenneth (coord.) – *O Livro de Tiradentes: Transmissão Atlântica de Ideias Políticas no Século XVIII*. São Paulo: Penquin/Companhia das Letras, 2013.

VALENTE, Isabel Maria Freitas – *Calvet de Magalhães: Pensamento e Ação*. Bruxelas: Peter Lang, 2015.